

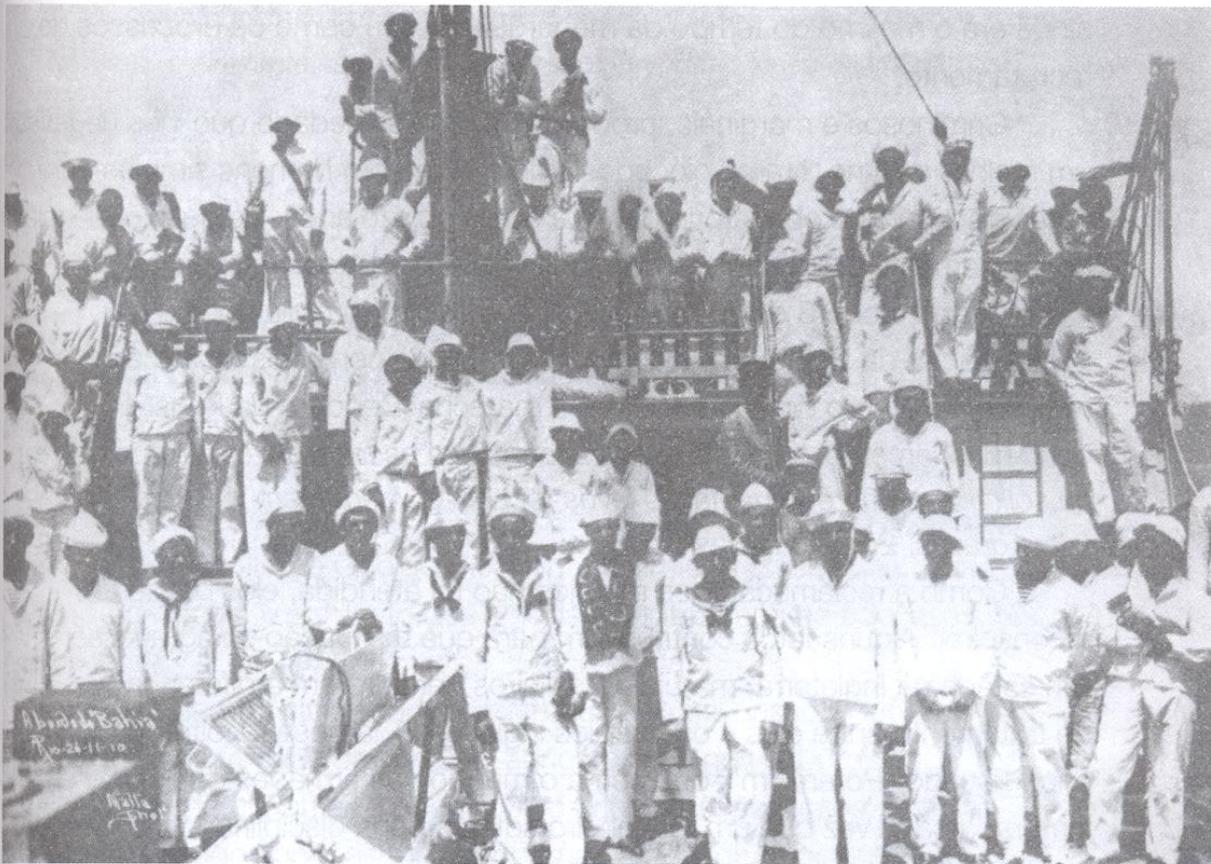
A população negra nunca aceitou passivamente essa situação. Na luta pela construção da cidadania muito sangue foi derramado. Quatro dessas histórias de resistência e luta serão abordadas neste capítulo:

- a Revolta da Chibata, movimento liderado por um negro, que se opôs ao modo como eram tratados os marujos da marinha brasileira, no início do século XX;
- a Frente Negra Brasileira, uma forma de organização política que surge a partir da ação de militantes negros paulistas pós-abolição, com intenções de se tornar uma articulação nacional;
- o Teatro Experimental do Negro – TEN – cujo projeto pedagógico destacava a educação como forma de garantir a cidadania para o povo negro e que tinha a arte e o teatro como instrumentos de expressão cultural e política;
- o Movimento das Mulheres Negras que destaca a articulação entre raça e gênero dentro das relações étnicas/raciais na sociedade brasileira de um modo geral e dentro dos movimentos sociais em específico.

Além desses, de modo breve, vamos trazer mais algumas informações sobre a história da resistência negra no contexto histórico e social do Brasil: a instauração do dia 20 de novembro que nos remete à memória de Zumbi de Palmares e à criação e vida da imprensa negra, um instrumento de luta política e de expressão intelectual da comunidade negra. Essa não é uma luta só dos negros, vários outros setores e grupos étnico-raciais têm se destacado como parceiros históricos do povo negro e vivido processos semelhantes de luta. É sempre bom lembrar que a história do negro brasileiro não é algo particular. Ela está inserida na história do Brasil e na construção da identidade de seu povo.

Revolta da Chibata

A revolta da Chibata é um movimento ocorrido no início do século XX. Durante alguns dias, no ano de 1910, mais de dois mil marujos agitaram a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, ao se apoderarem de navios de guerra para exigir o fim de castigos corporais na marinha do Brasil. Mas por que esse movimento leva esse nome? O que o termo chibata tem a ver com um movimento feito por integrantes da marinha do Brasil? Para tratar desse movimento, tomaremos as contribuições de Marília Trindade Barboza (1999).



A marinhagem rebelde, esperando o novo comandante legal para arriar a bandeira vermelha (João Cândido, o almirante negro, Rio de Janeiro, Gryphus/Museu da Imagem e do Som, 1999).

O Brasil, nessa época, era uma das maiores potências navais do mundo. Um plano, aprovado pelo Congresso Nacional em 14 de dezembro de 1904, autorizou o governo brasileiro a encomendar três couraçados (navios blindados de guerra), três cruzadores, seis caça-torpedeiros, seis torpedeiros, três submarinos e um transporte, para reaparelhar a nossa marinha de guerra. Em consequência desse plano, posteriormente modificado, o Brasil passou a ter a terceira esquadra militar do mundo. A Inglaterra, com cem anos de progresso nessa área, só tinha um navio blindado, também chamado de couraçado. Dos três previstos, na verdade, o Brasil adquiriu apenas dois: “o Minas Gerais” e o “São Paulo”.

Em 18 de abril de 1910, o “Minas Gerais” entrou nas águas da Guanabara. Era o navio de guerra mais moderno do mundo. Conta-se que toda a imprensa noticiou o fato.

Infelizmente, esse reaparelhamento material não foi acompanhado por uma necessária modernização das condições de trabalho. O recrutamento do pessoal, o regime de trabalho, as normas disciplinares e os cuidados com a alimentação continuavam ainda os mesmos das caravelas e dos tumbeiros (navios transportadores de escravos). O código disciplinar da marinha

ainda era o mesmo do tempo da monarquia, assim como os processos de recrutamento.

Criminosos e marginais, produtos de uma sociedade que lhes negava um melhor destino, eram colocados lado a lado com homens simples para cumprirem serviço obrigatório durante dez e quinze anos. As desobediências ao regulamento eram punidas com chibatadas e outros castigos.

O Decreto nº 3 de 16 de novembro de 1889, um dia após a Proclamação da República, extinguiu os castigos corporais na armada, mas em novembro do ano seguinte, o marechal Deodoro da Fonseca, contraditoriamente, tornou a legalizá-los: *“Para as faltas leves, prisão e ferro na solitária, a pão e água; faltas leves repetidas, idem idem por seis dias; faltas graves, 25 chibatadas”*.

Como a reclamação dos marujos não foi atendida, eles passaram a conspirar. Alguns fatos contribuíram para que a situação se agravasse. Em estada na Inglaterra, marujos brasileiros perceberam a diferença de tratamento entre eles e os marujos ingleses. A famosa revolta do encouraçado “Potemkim”, que corria o mundo nas armadas da época, era lembrada cada vez que um marinheiro sofria a pena disciplinar da chibatada nos conveses das embarcações brasileiras.

Em novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues foi penalizado com 250 chibatadas. Isso não nos lembra o passado histórico da escravidão e os castigos impostos aos africanos escravizados e aos escravizados nascidos no Brasil? Esses fatos ocorreram após 1888, depois da abolição da escravatura, mas os ranços escravistas persistiam.

O depoimento de João Cândido, chefe da revolta, narra como foi deflagrado o movimento dos marujos:

“O Comitê Geral resolveu, por unanimidade, deflagrar o movimento no dia 22. Naquela noite o clarim não pediria silêncio e sim combate. Cada um assumiu o seu posto e os oficiais de há muito já estavam presos em seus camarotes. Não houve afobação. Cada canhão ficou guardado por cinco marujos, com ordem de atirar para matar contra todo aquele que tentasse impedir o levante. Às 22:50, quando cessou a luta no convés, mandei disparar um tiro de canhão, sinal combinado para chamar à fala os navios comprometidos. Quem primeiro respondeu foi o ‘São Paulo’, seguido do ‘Bahia’. O ‘Deodoro’, a princípio, ficou mudo. Ordenei que todos os holofotes iluminassem o Arsenal da Marinha, as praias e as fortalezas. Expedi um rádio para o Catete, informando que a Esquadra estava levantada para acabar com os castigos corporais.

Os mortos na luta foram guardados numa improvisada câmara mortuária e, no outro dia, manhã cedo, enviei os cadáveres para a terra.

O resto foi rotina de um navio em guerra” (Marília Trindade Barboza, João Cândido, o almirante negro, Rio de Janeiro: Gryphus/Museu da Imagem e do Som, 1999).

Assim, no dia 22 de novembro de 1910 a revolta explodiu. João Cândido Felisberto, filho de João Cândido Felisberto e Inácia Felisberto, nascido a 24 de janeiro de 1880, assumiu o comando do encouraçado “Minas Gerais”. Na luta morreram muitos homens, entre eles, o comandante Batista das Neves, alguns oficiais e vários marinheiros. Outros marujos tomaram o “São Paulo”, o “Bahia” e o “Deodoro”. Manobrando os navios de guerra com grande maestria, apontaram seus canhões para pontos estratégicos da cidade, exigindo, em comunicado enviado ao presidente da República, a revolta do Código Disciplinar, o fim das chibatadas e “bolos”, e outros castigos, o aumento dos soldos e a preparação e educação dos marinheiros.

A cidade ficou atordoada. Dizem que três mil pessoas fugiram para Petrópolis e as famílias da zona sul abrigaram-se nos subúrbios. O Governo não tinha como enfrentar o poder dos marinheiros revoltosos. Eram 2.379 rebeldes, armados com as mais modernas armas da época.

Sem força para dominar a rebelião, que recebera o apoio da oposição e de parte da população carioca, o marechal Hermes e o parlamento cederam às exigências. Rapidamente aprovaram um projeto – de autoria de Rui Barbosa, que anos atrás tinha apoiado a reinstauração dos castigos – pondo fim aos açoites e concedendo anistia aos revoltosos. A anistia foi votada, a revolta teve o seu fim e os marinheiros desceram as bandeiras vermelhas dos mastros dos seus navios. A revolta havia durado cinco dias e terminava vitoriosa. Desaparecia, assim, o uso da chibata como norma de punição disciplinar na marinha de guerra do Brasil.

Mas nem tudo estava acabado. A imprensa, segundo a maioria dos comentários, não foi inteiramente favorável à solução encontrada; seguem alguns trechos de jornais paulistas da época.

É bem doloroso para um país forte e altivo ter de sujeitar-se às imposições de 700 ou 800 negros e mulatos.

E o jornal católico intitulado *Universo* escreveu:

O Governo suicidou-se e nunca mais recuperará o nome perdido.

O *Jornal Batista*, dos protestantes, também escreveu:

Foi, realmente, uma vergonha que o poder público tivesse de, humilhado, capitular o Congresso Nacional, votando a anistia e o Presidente da República sancioná-la.

(Marília Trindade Barboza, op. cit., 1999.)

A leitura dos jornais ligados ao Governo republicano da época do Marechal Hermes da Fonseca levantava uma suspeita: estava sendo tramada uma conspiração contra João Cândido e seus companheiros. O governo não perdoou a ousadia daqueles marujos considerados “sem cultura” e “sem responsabilidade”. Ignorando a anistia, baixou um decreto regulamentando o afastamento dos marinheiros julgados indesejáveis e, em seguida, mandou prender 22, entre os quais alguns participantes da revolta de novembro. Interessado em estabelecer uma ditadura para calar a oposição, o Governo da época provocou novo levante, ao espalhar a notícia de que o exército viria punir os fuzileiros do Batalhão Naval. O seu objetivo, como denunciaram os opositores do Governo, era criar um pretexto para a decretação do estado de sítio.

Atemorizados, os marinheiros insubordinaram-se na noite do dia 9 para 10 de dezembro, sendo bombardeados por canhões do exército e da “esquadra branca”. Dezenas foram mortos e inúmeros presos, inclusive João Cândido.

Na noite de Natal, foram embarcados no “Satélite”, cargueiro do Lóide Brasileiro, 105 ex-marinheiros, 292 homens comuns (desempregados, mendigos etc.), 44 prostitutas e cinquenta praças do Exército que foram sendo fuzilados no decorrer da viagem a Santo Antônio do Madeira.

João Cândido não participou da viagem sinistra. Foi preso com mais dezessete marinheiros numa masmorra na ilha das Cobras. Era conhecido e célebre demais para que o seu desaparecimento deixasse de ser amplamente condenado pelos órgãos de comunicação, com muitos prejuízos para o governo. Ali, quinze morreram sufocados poucos dias depois. João Cândido, um dos sobreviventes, foi internado no hospital dos Alienados, no Rio de Janeiro, onde os médicos negaram que ele estivesse louco. Julgado em novembro de 1912, foi absolvido, assim como todos os marinheiros participantes da revolta. A revolta da Chibata não foi esquecida. Hoje é tema de uma música popular que fala do seu significado na história do Brasil.

O mestre-sala dos Mares

(João Bosco e Aldir Blanc)

*Há muito tempo,
Nas águas da Guanabara,
O Dragão do Mar reapareceu,
Na figura de um bravo marinheiro
A quem a história não esqueceu.
Conhecido como Almirante Negro,
Tinha a dignidade de um mestre-sala,
E ao acenar pelo mar
Na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas,
Jovens polacas e por batalhões de mulatas!
Rubras cascatas
Jorravam das costas dos negros
Entre cantos e chibatas,
Inundando coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do marinheiro gritava: Não!
(...)
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais!
Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do Cais...*

(disco: Caça à raposa. RCA Vitor, 1975.)

A perseguição que se seguiu à pessoa de João Cândido, o “Almirante Negro”, é absolutamente incompreensível, pois, à diferença das outras rebeliões que já aconteceram no Brasil, a revolta de João Cândido não quis estabelecer uma nova República como no Quilombo de Palmares; não quis inaugurar uma nova sociedade, fundada em novas relações entre as pessoas e formas de governar e não quis, também, realizar amplas reformas de base. Quis simplesmente restabelecer a dignidade na vida de uma parcela da população brasileira. Quantas pessoas, que se assemelham a esse homem, um herói negro, nem sempre são lembradas com a devida justiça em nossa história?

João Cândido, o marinheiro gaúcho, o “Almirante Negro”, morreu no dia 6 de dezembro de 1969. Tinha 89 anos. Até pouco mais de seus oitenta anos, trabalhou na descarga dos pesqueiros, na Praça XV. Leonel Brizola, quando governador, concedeu-lhe uma pensão. João Cândido morreu pobre e doente e continuou amando a marinha e o Brasil.



João Cândido, marinheiro de 1ª classe, comandante do “Minas Gerais” e da esquadra revoltada.



João Cândido à luz do lampião (*João Cândido, o almirante negro*, Rio de Janeiro, Gryphus/Museu da Imagem e do Som, 1999).

Apesar de ser um final triste para um homem que deveria ser considerado um herói, é importante não desanimar e não pensar que a história da resistência negra está fadada ao fracasso. Pelo contrário, a herança de coragem, força e organização que os nossos ancestrais africanos e negros brasileiros deixaram é digna de orgulho e deve ser contada e recontada.

É preciso lembrar que, nos anos de opressão colonial, da escravidão, da ditadura e até mesmo na atualidade, quando assistimos, no processo de globalização da miséria, a imposição de países desenvolvidos sobre outros que vivem uma história de pobreza e de busca de desenvolvimento, todos aqueles que se opõem ao poder “nadam contra a correnteza” e estão sujeitos a receber os duros golpes dos dominantes. O que gostaríamos de ressaltar é que muitos desses bravos personagens da nossa história são lembrados e estudados, mas, nem sempre, os homens e mulheres negras que também se destacaram na luta contra a opressão e a dominação recebem o mesmo tratamento. O povo brasileiro tem muito que se orgulhar dos muitos homens e mulheres negras anônimos que ajudaram a construir esta nação com a sua capacidade de organização e de luta.

A imprensa negra

Em meados dos anos XX, assistiu-se ao surgimento da imprensa negra independente, em São Paulo, feita por homens de baixas posses como José Corrêa Leite, auxiliar de farmácia, Jayme Aguiar, pequeno funcionário, e outros homens negros do mesmo nível social. O que caracterizou os jornais organizados por esses e outros homens foi o fato de viverem apenas dos escassos recursos da comunidade negra. A situação desses órgãos era de muita luta: não tinham anunciantes e a venda avulsa não compensava. É importante conhecer essa “outra história” para superar uma ideia equivocada que persiste em nossa sociedade de que a comunidade negra sempre foi iletrada, analfabeta e desorganizada. O depoimento de Jayme Aguiar conta o surgimento e o modo como esses jornais funcionavam:

“Os negros tinham jornais das sociedades dançantes e esses jornais das sociedades dançantes só tratavam dos seus bailes, dos seus associados, o disse-que-disse, as críticas adequadas, como faziam os jornais dos brancos que existiam naquela época: jornal das costureiras, jornais das moças que trabalhavam nas fábricas. Etc. O negro ficava de lado porque ele não tinha meios de comunicação. Então esse meio de comunicação foi efetuado através dos jornais negros da época. São esses jornais que nós conhecemos e que tratavam

do movimento associativo das sociedades dançantes. O Xauter, o Bandeirante, o Menelik, o Alfinete, o Tamoio e outros mais. O Menelik foi um dos primeiros jornais associativos que surgiram em São Paulo, criado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento, falecido, mais ou menos, há uns oito anos atrás. Esse Menelik por causa da época da Abissínia com a Itália teve repercussão muito grande dentro de São Paulo. Todo negro fazia questão de ler o Menelik. E tinha, também, o Alfinete. Pelo título do jornal os senhores já estão vendo: cutucava os negrinhos e as negrinhas... Depois, então, é que surgiram os negros que queriam dar alguma coisa de mais elevação, de cultura, de instrução e compreensão para o negro. Então surgiram os primeiros jornais dos negros dentro de um espírito de atividade profunda. Modéstia à parte, eu e o Corrêa Leite, a 6 de janeiro de 1924, fundamos O Clarim. O Clarim, em primeiro lugar, chamava-se simplesmente O Clarim. Mas existia, como existe ainda hoje em Matão, O Clarim, o grande jornal espírita. A redação de O Clarim era na minha casa, na rua Rui Barbosa. Nós publicávamos o jornal com pseudônimo: Jin de Araguari e Leite. Foi uma espécie de hieróglifo que formamos para não aparecermos como jornalistas. Depois, esse jornal foi tomando projeção. Eu devo – fazendo um parêntese – de minha parte uma grande influência na fundação do jornal a um amigo meu, falecido, e que na época era estudante de direito: José de Molina Quartin Filho, que tinha o pseudônimo que tinha o pseudônimo de Joaquim Três. Ele trabalhava no Correio Paulistano e fazia crônica carnavalesca na época, com Menotti del Picchia, que na época fazia crônica com o pseudônimo de Helius. Eu e o Quartin trabalhávamos juntos numa mesma repartição”. (Depoimento gravado durante o ano de 1975)